



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia cinco de abril de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e nove de março de dois mil e onze que, após lida, foi aprovada. O Senhor Secretário comunicou que a Secretaria vem se empenhando para confeccionar uma ata sucinta com a essência da sessão. Destacou a presença da TV NL que vai filmar os principais trechos da reunião e posteriormente disponibilizá-los no site junto com a ata. Disse que é a Câmara informando à comunidade o que ocorre no Legislativo. O Senhor Presidente informou que o projeto que versa sobre a reestruturação de algumas secretarias foi desmembrado em vários e chegou à Casa hoje por volta das dezoito horas, o que impediu sua inclusão na pauta. Logo após, o Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício nº 053/11 da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos em resposta a requerimento que solicita abrigo de ônibus na Av. Presidente Kennedy. O Senhor Presidente lembrou que a próxima correspondência esteve na Casa, mas não tinha sido



protocolada, cumprindo o Regimento Interno, solicitaram ao Sr. Lauro Alves Garcia que protocolasse a mesma. 2) “Aos Senhores Vereadores de Nova Lima Com ênfase para os integrantes da Mesa Diretora Nélio Aurélio de Souza. Associação Comunitária dos Proprietários no Balneário Água Limpa, em fase de reorganização, aqui representada por seu fundador, Lauro Alves Garcia, vem expor: 1) reportagem do Nova Lima Times cobrindo pronunciamento de edis informou que o bairro Balneário Água Limpa está se transformando no Complexo do Alemão e já conta com alguns núcleos de favelamentos; 2) reportagens da TV Alterosa, acessáveis através do site Google no título ‘invasão e tiroteio em área de proteção na Serra da Moeda’ informam a violência dos invasores; 3) além das áreas particulares, várias vias públicas do bairro, tanto na parte de Itabirito, quanto na de Nova Lima estão ocupadas por invasores. Algumas de Nova Lima, há mais de vinte anos, outras com vastas plantações de eucaliptos; 4) nas reportagens da TV Alterosa se vêem as ocupações nas datas correspondentes. Em torno das quais, o Sr. Flávio de Almeida comprou casa no local, existente anteriormente. A partir daí surgiram cercas e construções de invasores nas imediações da casa do Sr. Flávio. Que serviu de base para movimentação de material e invasores que construíram, irregularmente, cercas e casas nos lotes vizinhos. Pelos fatos expostos, o peticionário, em nome da Comunidade, requer a cada um de Vossas Excelências todas as providências cabíveis, inclusive instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para tomar radiografia da situação. Pede deferimento. Belo Horizonte/Nova Lima. Lauro Alves Garcia”. O Senhor Presidente lembrou que as correspondências



protocoladas independente de quem sejam serão lidas democraticamente. O vereador José Guedes ressaltou a existência de duas favelas, uma na Bela Fama e outra atrás do campo do Olaria. Relatou que Nova Lima está sendo invadida e a prefeitura cruza os braços. Solicitou aos vereadores maior empenho para impedir as invasões, e ao Senhor Presidente que peça ao prefeito as devidas providências. O vereador Luciano Vitor Gomes sugeriu que cópia do ofício fosse enviada ao Senhor Secretário Flávio de Almeida para que tome conhecimento. O Senhor Presidente falou que atenderá as solicitações. Continuando, solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.140/2011, autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza, que “Determina a instalação de grades de proteção em janelas de ônibus, vans e veículos de transporte coletivo escolar de crianças e adolescentes no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente afirmou que na cidade os postes beiram a rua e os passeios são estreitos; devem tomar providências urgentes para impedir outras atrocidades. O vereador José Guedes falou que se encontra na mesa requerimento de autoria dele sobre o transporte de alunos no município e solicitou permissão para assinar o projeto. O Senhor Presidente sugeriu que apreciem o requerimento e a Comissão de Legislação e Justiça analise a possibilidade de propor emenda aditiva ao projeto. Prosseguindo, solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2011, que “Aprova as contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2009”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.131/2011, que “Define critérios para



nomeação e exercício dos cargos de Secretários do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.133/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Jardim Canadá. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.134/2011, que “Revoga a Lei Municipal nº 1.971 de 29/12/2006, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.136/2011, que “Altera no que determina a Lei Municipal 1.877 de 20/09/2005, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.138/2011, que “Dispõe sobre a regulamentação da publicidade nos terrenos que margeiam as rodovias que cortam o município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 7) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; de Serviços Públicos Municipais e de Diretos Humanos referente ao Projeto de Lei nº 1.139/2011, que “Altera a Lei Municipal 2.010, de 02 de setembro de 2007, ao tratar da equiparação salarial dos membros do Conselho Tutelar ao cargo de Secretária e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto.



O Senhor Presidente lembrou que na última reunião ficou definida a dispensa de interstícios para realização das duas votações. Colocou em discussão e votação o supracitado Projeto de Lei nº 1.139/2011. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção. Na seqüência, solicitou a leitura dos requerimentos:

1) Aatoria do vereador José Guedes “Que o prefeito junto com o Secretário de Segurança e Transportes elabore resolução ou projeto de lei estabelecendo critérios e parâmetros como: janelas com abertura no máximo de 15 cm, utilização ativa do cinto de segurança, faixa denotativa de ‘Transporte Escolar’, presença de monitor durante todo o trajeto, vistoria do veículo nos órgãos credenciados pelo poder público e curso de capacitação do motorista de 6 em 6 meses (coincidindo com o recesso escolar), para a prestação de serviços de transporte escolar no município”. Em discussão, o vereador Cássio Magnani Júnior declarou que alguma medida deve ser tomada, porém considera complicada a instalação de grades, pois tanto os ônibus como as vans não fazem exclusivamente transporte escolar e são utilizados para outros tipos de transporte. Propôs como alternativa à grade a obrigação de serem veículos fechados com ar condicionado. O Senhor Presidente salientou que ar condicionado seria o ideal, mas gasta muito combustível. Esclareceu que sua sugestão é eliminar rapidamente o perigo, porém podem propor emenda aditiva, assim a população ganha mais segurança e conforto. O vereador Renato Faria Silva frisou que, enquanto presidente da Comissão de Legislação e Justiça, vai se ater à legalidade, e o Código de Trânsito Brasileiro, artigos 136 ao 139, regulamenta o transporte escolar, assim devem exigir que se cumpra a lei. O vereador Cássio Magnani Júnior ressaltou que todos se atêm à legalidade, mas acima de tudo ao interesse público e ao conforto da população. Salientou que o carro



hermeticamente fechado é muito mais seguro que o carro com grades e com certeza atende à legislação. Afirmou que o município, contratador do serviço, pode contratar por um pouco mais porque a população merece, principalmente os estudantes. O vereador Sandro Lima enalteceu a emenda do vereador Cássio, afirmou que considera de extrema importância e disse que um pouco mais de investimento em favor da vida é nada. O Senhor Presidente destacou que a proposta do vereador Cássio é a melhor, mas devem verificar se é legal. O vereador José Guedes disse que aceita a sugestão do vereador Cássio de colocar como opção o ar condicionado. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques afirmou que lamentavelmente o requerimento vem alertando-os por uma tragédia que muito feriu corações, mas merece ser aplaudido e aprovado, pois demonstra que a Casa discute e trata com seriedade o interesse público. Falou que concorda plenamente com a sugestão do vereador Cássio de deixar uma alternativa para o Executivo analisar a melhor sugestão. Ressaltou que seria ótimo se pudessem exigir o ar condicionado, pois as grades dificultam o resgate das crianças em caso de acidente. O vereador Renato Faria Silva relatou que se preocupa, pois não há legislação que regulamenta o transporte escolar em Nova Lima, assim devem agir com muito cuidado e calma para não aprovarem algo ilegal. Frisou que, enquanto presidente da Comissão de Legislação e Justiça, não vai fazer nada sob emoção porque a vida das pessoas é mais importante que qualquer gota de gasolina e qualquer gasto a mais. Recordou que cabe ao Código de Trânsito Brasileiro legislar sobre trânsito e não podem dar jeitinho na lei. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques salientou que vão analisar a questão legal, colocar a quem de direito, mas também devem observar o conforto e o interesse público daqueles que usam o transporte escolar. O vereador José Raimundo Martins disse que



teve que ocorrer uma tragédia para se tomar alguma medida num município que se diz uma cidade para viver. Destacou que não há de se pensar absolutamente em economia, pois é muito pouco investir no conforto destas crianças para uma cidade que arrecada 25 milhões por mês, realiza festas e mais festas e tem mais de 300 casas alugadas fazendo politicagem. Salientou que deve ter ar condicionado, um monitor em cada veículo para dar carinho e proteção às crianças que serão os homens de amanhã, pois se trata de um dever e uma obrigação de uma cidade que se diz a melhor para se viver. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou que são transportados seis mil alunos e 80% do transporte coletivo não seguem as regras do Contran. Afirmou que devem exigir que parem de transportar pessoas e cumpram as regras do Contran, quer seja com ar condicionado ou grades, pois inúmeros acidentes já ocorreram e nem ficaram sabendo. Ressaltou que devem enviar ofício ao prefeito e ao Secretário de Segurança e Trânsito solicitando que as regras sejam cumpridas, porque se fossem observadas a tragédia não teria ocorrido. O vereador José Guedes relatou que recebeu uma denúncia gravíssima de um pai cujo filho ficou esquecido por horas em uma van e só não faleceu porque estava frio. Ressaltou que o município e a Câmara devem fiscalizar o pessoal que transporta crianças porque são várias ocorrências. O vereador Sandro Lima enalteceu o assunto que considera de extrema importância e muita relevância. Solicitou a todos que sejam um pouco mais ágeis porque há servidores na platéia que começaram a trabalhar às seis horas da manhã. O Senhor Presidente sugeriu que façam uma emenda aditiva ao projeto. O vereador Cássio Magnani Júnior falou que examinaria o projeto com calma, lembrou que o requerimento seria votado e o autor concordou em colocar como opção veículos fechados com ar condicionado. Em votação, requerimento aprovado por 09 votos, com a



emenda proposta pelo vereador Cássio; 2) Aatoria do vereador José Guedes “Que a prefeitura instale as 16 lâmpadas que estão queimadas ou faltando na Praça do BNH”. Em discussão, o autor falou que é um absurdo e fica triste por ter que fazer requerimento para a prefeitura colocar lâmpadas nos postes, algo bem simples e várias vezes solicitado. Salientou o grave problema com as drogas em Nova Lima e lembrou que quanto mais escuro, melhor para os baderneiros e ladrões que estão constantemente invadindo o BNH. Aprovado, 09 votos. O vereador José Raimundo Martins solicitou ao Senhor Presidente que peça aos vereadores que adiem seus requerimentos para a próxima reunião. 3) Aatoria do vereador Ailton Soares Amaral “Que seja providenciada a manutenção da Praça Expedicionário Assunção uma vez que a mesma foi liberada para o convívio do povo nova-limense há tão pouco tempo e já se encontra com seu piso completamente danificado e necessitando de manutenção”. Em discussão, o vereador José Guedes declarou que aquilo é um estacionamento com uma rua e não uma praça. Frisou que é um absurdo e fica muito triste, pois a obra custou aproximadamente 700 mil reais; devem solicitar ao construtor que conserte imediatamente e sem ônus para o município. Aprovado, 09 votos. O Senhor Presidente informou que retira dois requerimentos de sua aatoria. O Plenário aprovou requerimento verbal dos vereadores Cássio Magnani Júnior, Luciano Vitor Gomes e José Guedes para que a Casa encaminhe condolências aos familiares da Senhora Maria de Lourdes Diegues Martins. O vereador Luciano Vitor Gomes propôs requerimento de aatoria de todos os vereadores para que registrem o primeiro pronunciamento na Tribuna Popular com honras ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Ressaltou que a Câmara caminha no sentido de valorizar a presença do cidadão na Casa, o que muito os honra,



pois é obrigação do legislativo ouvir a sociedade. Contou que promoveram duas reuniões anteriores, uma com a comunidade de Jardins Petrópolis, outra com o SOS Nova Lima e agora terão a tribuna popular. Registrou, com muito orgulho, que a primeira utilização da tribuna vem dos servidores públicos municipais de Nova Lima, é servidor público há vinte e um anos e sabe do trabalho feito pelo sindicato. Aprovado, 09 votos. O vereador José Guedes abriu mão de sua inscrição no Grande Expediente. O Senhor Presidente anunciou que têm o privilégio de receber a primeira oradora da Tribuna Popular; convidou a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Nova Lima, Letícia Cristina Silva Araújo para fazer seu pronunciamento. A Srta. Letícia agradeceu, saudou a todos, especialmente aos servidores que, fora do lar há mais de doze horas, permaneceram na Casa Legislativa com muita honra e imenso orgulho para abrir a campanha salarial 2011 e inaugurar a Tribuna Popular, espaço que garante voz ao povo e aperfeiçoa a democracia no município. Ressaltou que esta é a primeira de muitas vezes que gostariam de utilizar a tribuna. Relatou que há vários temas a serem abordados e é fundamental que os senhores vereadores acompanhem constantemente estes temas. Informou que trouxeram uma série de dados, frutos do trabalho do Dieese e de levantamentos feitos nos locais de trabalho e em assembléias; disse que estes dados apresentam as bandeiras de lutas dos servidores públicos municipais e a realidade concreta do orçamento do município que comprova a possibilidade de atendimento às reivindicações. Afirmou que desejam o atendimento dessas reivindicações porque defendem um serviço público de qualidade para a população, melhores condições de trabalho e a valorização do servidor público. Falou que hoje o município utiliza 31,9 %



da receita com despesa de pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode utilizar no limite prudencial até 51,3 %. Contou que se conseguirem este ano o mesmo crescimento da folha do ano passado, a prefeitura poderá atendê-los e ainda ter uma margem significativa para vários projetos sociais e outros investimentos. Salientou que a pauta de reivindicações consta de quatro páginas e destacou algumas prioridades e urgências: índice de reajuste de 20 %, que significa o crescimento da receita do ano passado sem a inflação; extensão do vale refeição a todos servidores; pendências da aprovação do plano de cargos e salários em 2007; revisão do piso salarial dos fiscais, assistentes administrativos, técnicos e vigias, entre outras reivindicações necessárias para que possam prestar um serviço eficiente e de qualidade à população. Comunicou que discutiram a terceirização do serviço público, defenderam o concurso público, a convocação dos cidadãos que passaram e estão aguardando, o cumprimento do programa de saúde e segurança, entre inúmeras reivindicações. Declarou que desejam o desenvolvimento da cidade e todos os presentes demonstraram que começam uma mudança. Frisou que o servidor ficou relegado à sorte por muito tempo, mas hoje demonstra outro comportamento, conhece o município, o orçamento, a prestação do serviço público e deseja outra realidade. Solicitou a cada vereador que analise com seriedade as reivindicações para que possam contar com o apoio deles na campanha salarial 2011. Ressaltou que lotaram a Casa Legislativa, mas estão dispostos a lotar a praça e mobilizar a cidade para que todo cidadão nova-limense tenha um serviço público de qualidade. Logo após, o Senhor Presidente agradeceu a Srta. Letícia; recordou que o projeto que originou a tribuna popular é de autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges e obteve aprovação unânime dos vereadores, um sinal de



que a Câmara trabalha propiciando oportunidades para as pessoas se manifestarem.
Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus,
declarou encerrada a reunião. _____